

CAPÍTULO 7

‘GUERREIROS MNEMÓNICOS’.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A MEMÓRIA DA TRANSIÇÃO PORTUGUESA DURANTE AS CELEBRAÇÕES OFICIAIS DO 25 DE ABRIL

Filipa Raimundo e António Luís Dias

1. INTRODUÇÃO

É hoje consensual na literatura que os partidos políticos e os seus representantes eleitos valorizam, tanto as atividades legislativas, como as atividades não legislativas, independentemente de serem mais orientados para os votos (*vote-seeking*), para os cargos (*office-seeking*) ou para as políticas (*policy-seeking*) (Strom, 1990). Quando falamos de atividades não legislativas referimo-nos a discursos parlamentares, interpelações, votos de pesar/congratulação, entrevistas, comunicados de imprensa, entre outros. Os partidos reconhecem nas atividades não legislativas uma importante ferramenta na competição pela marcação da agenda política (Green-Pederson, 2010). Além disso, os partidos têm geralmente um de três objetivos em mente: promover uma imagem positiva de si mesmos (‘publicidade’); convencer o eleitorado da sua responsabilidade direta sobre determinadas conquistas que veem como positivas (‘reconhecimento’) ou dar visibilidade à posição que defendem sobre determinada matéria (‘tomada de posição’) (Mayhew, 1974). Contribuir para um melhor entendimento sobre a forma como as atividades não legislativas contribuem para a realização de funções simbólicas importantes para os partidos é o nosso objetivo.

Este trabalho centra-se nas políticas da memória e na forma como os partidos políticos recorrem a atividades não legislativas para publicitarem a sua história, obterem reconhecimento sobre propostas legislativas apresentadas e tomarem posições sobre temas relacionados com o passado. Esta é uma área que tem sido pouco explorada na literatura sobre partidos políticos e atividade parlamentar, e que só recentemente começou a despertar o interesse dos investigadores que se dedicam ao estudo dos partidos e dos parlamentos. O nosso argumento é que os partidos compreendem que mesmo não constituindo matéria legislável ou com capacidade de entrada na agenda, os legados da memória não podem ser ignorados e podem até trazer benefícios para efeitos de publicidade, reconhecimento ou tomada de posição. Por esse motivo, efemérides relacionadas com episódios marcantes ou personalidades destacadas do passado histórico recente de um país constituem oportunidades para os partidos políticos fazerem uma de três coisas: publicitarem a sua bagagem histórica para, assim, reforçar

a sua legitimidade democrática; procurarem reconhecimento pelo seu papel histórico na luta pela democracia ou na sua construção; ou tomarem posição perante revisionismos históricos ou debates públicos relacionados com a memória coletiva. Isso pode ser feito através de atividades não legislativas, tais como discursos ou votos de pesar ou de congratulação. Contudo, não é expectável que os partidos políticos atribuam igual grau de importância à representação simbólica nesta matéria.

Ao longo deste capítulo, analisamos os discursos dos partidos políticos durante as celebrações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República (AR), desde 1976 até 2019¹, com o intuito de compreender de que forma é que se posicionam e que importância atribuem aos legados da memória. Para tal, começaremos por distingui-los quanto ao grau de tolerância que expressam relativamente a narrativas que sejam distintas da sua e em que medida procuram publicidade, reconhecimento e/ou tomada de posição em relação aos legados da memória, através das suas intervenções. Neste processo, analisamos qualitativamente os discursos e agrupamos os partidos políticos em função da proposta analítica de Bernhard e Kubik (2013). Na segunda parte, procuramos identificar os tópicos que estão mais associados a cada grupo, através de uma análise quantitativa dos discursos. Nesta segunda parte, procuraremos ainda compreender em que medida é que o pós-crise de 2008 alterou substantivamente o discurso dos partidos durante as celebrações oficiais.

2. OS PARTIDOS ENQUANTO AGENTES DE MEMÓRIA

Não é expectável que as políticas da memória assumam a mesma importância para todos os partidos políticos. Isso pode dever-se ao seu papel histórico durante o regime político anterior, à sua composição interna no que à continuidade ou renovação das elites diz respeito, ou às características do seu eleitorado, que pode ser mais ou menos sensível às questões da memória. Independentemente das razões que explicam diferentes graus de importância que os partidos atribuem às políticas da memória, identificar e caracterizar essas diferenças é importante para compreender esta dimensão das dinâmicas político-partidárias. Isso é tanto mais verdade se considerarmos que os partidos políticos e os seus representantes eleitos são um tipo de agentes de memória que “frequentemente tratam a história de forma instrumental de forma a construir uma visão do passado que contribua para uma legitimação mais eficaz dos seus esforços de conquistar e manter o poder” (Bernhard e Kubik, 2013: 4).

A instrumentalização da memória pode assumir quatro formas distintas (Bernhard e Kubik, 2013): Em primeiro lugar, os partidos podem procurar construir uma narrativa idealizada e exclusiva do passado, cuja visão tende a ser única, unidirecional e mitificada, quer positiva, quer negativa – a este tipo podemos designar de

¹ De notar que, por diversos motivos, estas sessões não ocorreram nos anos de 1989, 1992, 1993 e 2011. Acresce também o facto de não termos conseguido localizar os registos da sessão de 1983.

'guerreiros' mnemónicos. Em segundo lugar, os partidos podem construir uma determinada narrativa sobre o passado, mas revelar tolerância em relação a narrativas alternativas – a este segundo tipo podemos designar de 'pluralistas'. Estes dois tipos de atores acreditam na importância das questões da memória para a sua estratégia política e tiram proveito das atividades não legislativas para adquirir publicidade, reconhecimento ou fazer passar a sua posição. Mas, como dizíamos anteriormente, nem todos os partidos atribuem a mesma importância às questões da memória. Para certos partidos, os debates sobre a memória não trazem benefícios evidentes. Nesse sentido, os partidos podem evitar entrar nos temas do passado histórico recente e dos legados da memória – neste terceiro caso podemos designá-los de 'renunciadores'. Ou, em quarto lugar, podem aceitar participar em ações sobre as políticas da memória, mas apenas como forma de introduzirem questões da atualidade e planos que tenham para o futuro – podemos designá-los de 'prospetivos'.

Uma forma de verificar em que medida é que os legados da memória são valorizados e instrumentalizados pelos partidos políticos é analisar os discursos proferidos durante celebrações oficiais e efemérides de dimensão nacional. É isso que faremos ao longo do capítulo, com o intuito de classificar os principais partidos políticos portugueses relativamente à sua relação com os legados da memória. Antes disso, porém, tentaremos compreender que lições nos trazem os trabalhos existentes baseados nos discursos proferidos na Assembleia da República durante as celebrações oficiais do 25 de Abril.

3. AS CELEBRAÇÕES ANUAIS DO 25 DE ABRIL: O QUE DIZ A LITERATURA

As celebrações anuais do 25 de Abril têm sido objeto de estudo em diversas áreas disciplinares. Ao tratar-se de uma comemoração que se repete há mais de 40 anos com contornos muito semelhantes – uma cerimónia oficial no Parlamento, com intervenções por parte de todos os partidos com representação parlamentar, assim como do Presidente da República, na presença de destacadas figuras nacionais, com cobertura mediática – constitui um bom laboratório para explorar diferentes temáticas relacionadas com a memória histórica, a retórica e o exercício do poder. Billig e Marinho (2014), por exemplo, recorrem a uma das celebrações mais polémicas, ocorrida em 2004, para analisar o tema da manipulação de informação *vs.* manipulação de pessoas. Ao analisar as intervenções de dois deputados de bancadas opostas, os autores concluem que o deputado indicado pelo PCP manipulou a informação durante o discurso, com o objetivo de realçar a posição do seu partido e que o deputado indicado pelo CDS manipulou a audiência, ao explorar a indisponibilidade dos seus opositores para quebrar as regras sociais das celebrações, que genuinamente respeitavam, ao contrário do seu partido, já que é um partido que se projeta como democrático, ao mesmo tempo que mantém “as suas raízes ideológicas na história totalitária do Salazarismo” (2014: 172). Ainda que dificilmente se consiga justificar a classificação do CDS como um partido de extrema-direita (*idem*: 162), o artigo chama a atenção para a oportunidade que o momento

solene representa para os partidos se posicionarem e publicitarem uma determinada imagem de si, mesmo que com recurso a manipulação de informação ou de pessoas.

Analisando as celebrações ocorridas dez anos mais tarde, em 2014, durante o período de implementação do plano de resgate financeiro assinado entre Portugal e a Troica, Oliveira (2015) argumenta que houve setores da sociedade que foram excluídos da narrativa construída pelo governo, assim como pelo Presidente da República, em particular a narrativa dos ‘retornados’ e dos ‘retornados-emigrantes’. Os cidadãos portugueses que regressaram a Portugal vindos das ex-colónias africanas ou dos países de emigração a seguir ao 25 de Abril não foram, segundo o autor, englobados na narrativa oficial. Uma possível leitura dos resultados apresentados por Oliveira é que os discursos proferidos durante estas sessões comemorativas são dirigidos ao eleitorado que os partidos identificam como seu. O caso dos retornados é um caso de um eleitorado com fraca representação partidária, recebendo ocasionalmente a atenção do CDS, mas sem um partido que de forma consistente e sistemática os represente, o que ajuda a compreender a ausência de referências nos discursos analisados.

Num registo mais historiográfico, o trabalho de Ramalho (2015) compara as celebrações oficiais com as celebrações populares e encontra elementos comuns a ambos, nomeadamente a reprodução de ano para ano, ao longo da primeira década da democracia, de uma grande narrativa partilhada. Ainda assim, são identificáveis diferentes interpretações dos marcos simbólicos da transição entre a esquerda e a direita. Segundo Ramalho, a esquerda tende a defender o 25 de Abril enquanto “momento de afirmação revolucionária” e o 25 de Novembro como “traição”; enquanto a direita tende a defender o 25 de Novembro como o momento em que se retoma “os ideais de liberdade e democracia” (2015: 112).

Esta diferenciação entre a narrativa dos partidos de esquerda e dos partidos de direita está também presente no trabalho de Soutelo (2009), que identifica nos discursos proferidos pela direita, dentro e fora do Parlamento, durante os anos 1980 e 1990, como expressando “tendências ‘revisionistas’” que se materializam, entre outras coisas, numa “interpretação negativa do processo revolucionário” (2009: 147). Ainda que nos pareça difícil classificar as visões negativas sobre os acontecimentos que marcaram o ano de 1975 como expressão de “tendências ‘revisionistas’”, esta análise aponta, à partida, para uma leitura dos acontecimentos que caracterizaram o segundo ano da transição democrática portuguesa, marcadamente distinta entre a esquerda e a direita e reveladora de um reduzido grau de tolerância face à narrativa alternativa.

Ainda que mais afastado do objeto deste capítulo – ou seja, da questão dos partidos políticos e a memória da transição portuguesa – o trabalho de Marques (2014), sobre os discursos presidenciais durante as celebrações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República, aponta para uma dimensão relevante: a figura do Presidente como um agente mnemónico ‘prospetivo’, para utilizar a terminologia de Bernhard e Kubik (2013) acima citada. Ao analisar os discursos dos vários Presidentes da República desde 1976, a autora chega a uma conclusão transversal a todos: a celebração “constitui um momento privilegiado para o Presidente da República traçar objetivos e caminhos para o país, a nível político, económico, cultural e social (...). A sistematicidade desta agenda, nos discursos analisados, configura-se como o emergir de uma finalidade constitutiva deste género discursivo” (Marques, 2014: 310).

Outros estudos têm olhado para a presença do passado e em particular da memória do 25 de Abril, no Parlamento, fora das sessões comemorativas, nomeadamente no âmbito de iniciativas legislativas. Através da análise da forma como os partidos parlamentares votam as iniciativas relacionadas com os legados do Estado Novo, verificamos que existe um relativo nível de consenso no que diz respeito ao passado autoritário e que a memória da transição é mais fraturante, tornando os partidos de direita mais ativos nestes temas do que podia ser de esperar. “A direita utilizou efetivamente a memória da transição durante o processo legislativo, quer no conteúdo das suas propostas, quer através da forma como justificou o seu voto” (Raimundo, 2017: 10).

Por fim, ao nível das atividades não legislativas, existe também evidência da importância que os partidos atribuem aos legados da memória. Uma análise centrada nos votos de pesar/congratulação revela três aspetos: em primeiro lugar, o PCP e o CDS têm sido os partidos mais consistentes na forma como se têm posicionado perante os votos de pesar relativos a figuras marcantes do 25 de Abril e do 25 de Novembro. Em muitos casos, os partidos deixam claro que o seu sentido de voto se ficou a dever ao texto apresentado pelo proponente, mais do que à figura em si. Em segundo lugar, em todos os casos analisados, os partidos políticos posicionaram-se a favor ou contra o voto de pesar, com uma exceção: o PSD, que num dos casos decide abster-se. Por último, o único partido que optou por apoiar todas os votos de pesar, independentemente de se tratarem de figuras representativas do 25 de Abril ou do 25 de Novembro foi o PS (Raimundo e Almeida, 2019). Estas conclusões sugerem que PS e PSD, os dois maiores partidos centristas, tendem a ter um comportamento que se demarca, pelo menos em certas ocasiões, das posições mais inflexíveis dos restantes.

Os trabalhos acima citados partilham, assim, alguns pontos comuns: a ideia de que as celebrações constituem momentos que a maioria dos partidos parlamentares valoriza para publicitar a sua visão do passado; a ideia de que os partidos sabem que estão a falar para o seu eleitorado e procuram ir ao encontro da visão do passado que acreditam ser a sua; a esquerda e a direita revelam tendencialmente visões marcadamente distintas sobre a transição portuguesa e de intolerância face à visão alternativa.

No sentido de entrar em diálogo com esta literatura, procuraremos em seguida classificar os partidos políticos com assento parlamentar entre 1976 e 2019, utilizando a proposta analítica de Bernhard e Kubik (2013).

4. UM PARLAMENTO DOMINADO POR ‘GUERREIROS MNEMÓNICOS’

Em 2019, celebraram-se 45 anos da queda do Estado Novo e do início da construção da democracia portuguesa. Apesar de a longevidade da democracia já ter superado a do regime autoritário que lhe precedeu, os legados da memória estão ainda muito presentes na cultura política nacional e são incontornáveis em qualquer balanço que se queira fazer sobre o período democrático.

TABELA 7.1. Classificação dos partidos parlamentares portugueses (1976-2019)

Partido	Anos	Lugares	E	D	GA	GN	PI	Pr
ASDI – Ação Social Democrata Independente	1980-83	4				×		
BE – Bloco de Esquerda	1999-	2-19	×		×			
CDS – Centro Democrático Social	1976-	4-46		×		×		
MDP/CDE – Movimento Democrático Português	1979-87	2-3	×		×			
PAN – Pessoas-Animais-Natureza	2015-	1						×
PCP – Partido Comunista Português	1976-	10-44	×		×			
PEV – Partidos ‘Os Verdes’	1987-	2	×		×			
PPM – Partido Popular Monárquico	1979-83	5-6			×	×		
PRD – Partido Renovador Democrático	1985-91	7-45	×		×			
PS – Partido Socialista	1976-	57-121	×				×	
PSD – Partido Social Democrata	1976-	73-148			×	×		(×)
UEDS – União da Esquerda para a Democracia Socialista	1980-83	4	×		×			
UDP – União Democrática Popular	1976-83	1	×		×			

Fonte: elaboração própria.

Legenda: E – Esquerda; D – Direita; GA – Guerreiro de Abril; GN – Guerreiro de Novembro; PI – Pluralistas; Pr – Prospetivos.

A Tabela 7.1. mostra de que forma cada partido pode ser classificado com base nos discursos apresentados durante as celebrações oficiais, entre 1977 e 2019, além do seu posicionamento na escala esquerda/direita². Há um aspeto fundamental que sobressai da leitura desta tabela: o Parlamento português tem sido quase exclusivamente dominado por ‘guerreiros’ mnemónicos – partidos que defendem uma visão única, unidirecional e mitificada da transição democrática portuguesa. As exceções são os dois principais partidos: o PS – cujo discurso corresponde ao tipo ‘pluralista’ – e o do PSD – que, ainda que tenha tido oscilações ao longo das legislaturas, foi durante muitos anos um ‘prospetivo’. Ainda assim, por ter tido períodos em que o seu discurso se aproximou do discurso dos ‘guerreiros de Novembro’, o PSD surge associado a esta categoria na Tabela 7.1. Por fim, o único partido que entrou na AR em 2015 – Pessoas-Animais-Natureza (PAN) – apresenta-se, ao longo dos quatro anos em que esteve no Parlamento, como um prospetivo, sem desenvolver qualquer visão sobre o 25 de Abril ou os meses que se seguiram. A tabela distingue também entre dois tipos de ‘guerreiros’: os ‘guerreiros de Abril’ (GA) – aqueles que celebram apenas e só o dia da queda do Estado Novo, ou seja, o dia 25 de Abril – e os ‘guerreiros de Novembro’ (GN) – aqueles que apoiaram a luta anticomunista e associam o seu desfecho ao início da consolidação democrática, ou seja, o dia 25 de Novembro.

Apesar de apresentarem um posicionamento marcadamente distinto em relação ao que consideram ser o marco fundador da democracia portuguesa, entre eles não surgem descrições substancialmente distintas em relação ao período autoritário propriamente dito. Isso não significa que o seu eleitorado não expresse atitudes diferentes: sabemos que isso é verdade a partir de estudos anteriores (Santana-Pereira,

² Há duas exceções: a ASDI e o PAN, dois partidos de posicionamento difícil na escala esquerda/direita e que por esse motivo não foram classificados nesta dimensão.

Raimundo e Pinto, 2016), mas essas diferenças não se encontram espelhadas nas atitudes das elites que os representam. Nos discursos parlamentares no geral, e nas celebrações do 25 de Abril em particular, a classificação de ditadura e a condenação do regime anterior são um elemento transversal a todas as bancadas parlamentares.

Por esse motivo, a diferença entre os 'guerreiros' de Abril e de Novembro não reside na importância que reconhecem ao 25 de Abril enquanto momento-chave no derrube da ditadura. Ambos os grupos reconhecem que o dia 25 de Abril de 1974 é um dia-chave, em que militares de média patente derrubaram o Estado Novo, através de um golpe em que praticamente não houve derrame de sangue (exceção feita ao processo de rendição da polícia política em Lisboa). As origens do golpe também parecem ser consensuais: por um lado, uma motivação corporativa com origem numa alteração legal nos mecanismos de ascensão na hierarquia militar, por outro lado, e mais importante para a história do movimento, a convicção profunda de que era necessário pôr fim à Guerra Colonial, que durava há 13 anos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Entre os 'guerreiros de Abril' e os 'guerreiros de Novembro' a principal fonte de discordância está na definição dos acontecimentos que marcaram o ano de 1975 e, conseqüentemente, naquele que consideram ter sido o momento fundador da democracia portuguesa. O ano de 1975 foi um ano de tentativas de golpe falhadas, de radicalização política, de ocupações e expropriações ilegais, de saneamentos selvagens, de nacionalizações, de assaltos a sedes de campanha, entre muitas outras ações coletivas justificadas, de um lado, com base numa alegada legitimidade revolucionária e, de outro, como parte de uma luta anticomunista internacionalmente apoiada (Cerezales, 2003).

Por reconhecerem no golpe dos capitães o ponto de partida para uma participação política sem precedentes e o início da construção de uma nova sociedade, os 'guerreiros de Abril' consideram que não há outra data que deva ser comemorada que não a data da Revolução dos Cravos – o dia 25 de Abril. Além disso, os 'guerreiros de Abril' tendem a ser críticos dos sucessivos governos constitucionais, argumentando que Abril ficou "por cumprir". O partido que melhor incorpora esta visão é o PCP, para quem, desde o final da transição portuguesa, teve início uma tentativa sistemática de destruição das grandes transformações económicas, sociais e políticas, que o 25 de Abril tinha conquistado.

Pelo facto de o 25 de Abril ter sido sucedido por uma alegada tentativa de tomada do poder por parte do Partido Comunista Português (PCP), os 'guerreiros de Novembro' consideram que o momento fundador para a democracia portuguesa é o momento da derrota das forças comunistas e seus apoiantes – o dia 25 de Novembro de 1975. No entender destes partidos, o que se seguiu ao 25 de Abril foi um conjunto de excessos e um desvio ideológico que aproximou o país de um outro tipo de ditadura, desta feita de natureza comunista. O CDS é o melhor representante desta posição, já que não expressa qualquer tolerância em relação aos defensores dos acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril. Assim, Novembro representa "o verdadeiro Abril", o momento que criou as condições para que uma democracia de tipo ocidental pudesse ser estabelecida no país. As intervenções do CDS falam mesmo numa 'traição' protagonizada pelo PCP, dada a sua tentação totalitária de tomar o poder através de meios leninistas.

O PS é o único partido que nunca assume uma posição de ‘guerreiro’. A sua tendência é para celebrar tanto Abril como Novembro, aproximando-se, quer dos partidos de esquerda, quer dos partidos de direita. Além do PCP, o PS é o único partido existente à data do 25 de Abril, ao contrário dos principais partidos de direita, que procuram legitimar-se na nova democracia, convencendo o seu eleitorado da sua dissociação do regime anterior. Criado no exílio, o PS é composto por resistentes ao Estado Novo e a luta antifascista é uma importante fonte de legitimação no contexto de incerteza que caracterizou os primeiros meses da transição. Por outro lado, juntamente com o PSD e o CDS, o PS adotou uma posição anticomunista durante o ano de 1975, formando uma aliança com o setor moderado das Forças Armadas. Essa aliança de forças anticomunistas haveria de desembocar no 25 de Novembro. Apesar de ter sido a sua posição anticomunista que levou o PS ao poder nas primeiras eleições legislativas de 1976 – graças ao apoio da direita e do centro-direita – o partido não está interessado em ficar conotado com esse marco, em detrimento do 25 de Abril. Como vimos, para todos os outros partidos parlamentares, trata-se de escolher um dos lados e essa escolha é relativamente fácil de fazer. No caso do PS, partido com uma inegável raiz na luta antifascista, ficar conotado, juntamente com a direita, apenas com a luta anticomunista, é pôr em causa uma importante componente da sua marca.

Assim, nenhum dos grupos identificados apresenta um discurso negativo em relação ao 25 de Abril. Pelo contrário, relativamente ao 25 de Novembro as expressões utilizadas variam substancialmente. Se os ‘guerreiros de Abril’ se referem a Novembro como a “Revolução diluída”, a “deformação do espírito original” e a “reinvenção da história”, os ‘guerreiros de Novembro’ veem aquela data como o momento que simboliza “o espírito autêntico do 25 de Abril”, o “reencontro nacional com a democracia”, ou o “batismo de uma democracia parlamentar”.

Com o objetivo de analisar de forma mais sistemática quais as expressões e os tópicos que caracterizam cada tipo de discurso, a próxima secção aplica um método diferente aos mesmos dados, fornecendo uma visão mais longitudinal e articulada entre os tipos de discursos identificados.

5. DAS ‘CONQUISTAS’ DE ABRIL À ‘INSTITUCIONALIZAÇÃO’ DE NOVEMBRO

Nesta segunda parte, apresentamos os resultados de uma *Análise de Texto Assistida por Computador*, nomeadamente centrada em *Modelos de Tópicos Estruturais*, um conjunto de técnicas que tem sido utilizada na ciência política para estudar a agenda do Parlamento Europeu (Greene & Cross, 2017) ou a evolução dos discursos presidenciais nos EUA (Schonhardt-Bailey, Yager, & Lahlou, 2012). Através de uma análise estatística da relação entre as palavras, sobretudo baseada na probabilidade de ocorrência ou não no mesmo texto de determinadas palavras, é possível tentar identificar quais os temas mais recorrentes num determinado discurso. No entanto, estas técnicas não substituem uma análise qualitativa dos textos. Aliás, o que fazem é sintetizar informação para que

seja mais fácil analisar qualitativamente uma grande quantidade de textos, ao mesmo tempo que permitem uma identificação fácil da ocorrência de tópicos, constelações de palavras que surgem mais interligadas entre si em cada discurso.

A análise que em seguida se apresenta baseia-se, em primeiro lugar, na identificação dos tópicos mais recorrentes nos discursos sobre o 25 de Abril, tentando ilustrar cada tópico com exemplos relevantes do mesmo. Depois de identificados estes tópicos, analisa-se de que forma a sua presença varia, tanto tendo em conta cada grupo mnemónico, como ao longo do tempo.

TABELA 7.2. Seis tópicos identificados

Tópico	descrição	Palavras-chave
1	Celebrar a liberdade de Abril	Abril, Liberdade, Hoje, Tempo, Democracia, Povo, Futuro, Dia, Ser, Cada
2	Democracia e Constituição	Democracia, Portugal, Estado, Ser, Todos, Portugueses, Social, Sociedade, País, Política
3	Revolução e conquistas de abril	Abril, País, Revolução, Direitos, Liberdade, Jovens, Todos, Porque, Direito, Anos
4	Crise e o 25 de Abril	Estado, País, Social, Democracia, Todos, Anos, Hoje, Portugal, Ser, Povo
5	Revolução e instituições	Todos, Portugueses, Democracia, Ser, Hoje, Liberdade, Portugal, Revolução, Anos, Sempre
6	As reformas do PREC	Abril, Povo, Trabalhadores, Política, Hoje, Nacional, País, Luta, Vida, Revolução

O primeiro passo na nossa análise será identificar quais os principais tópicos que podemos identificar nos discursos proferidos pelos deputados nas sessões comemorativas do 25 de Abril. Na Tabela 7.2., podemos encontrar a lista dos seis tópicos encontrados pelo nosso modelo, com a lista de palavras mais frequentes e com a descrição qualitativa de cada tópico. De notar que esta descrição foi atribuída por nós qualitativamente e advém de uma análise de um conjunto de textos onde cada tópico está mais presente.

Se as palavras-chave identificadas não permitem uma leitura óbvia das diferenças entre os tópicos, já nos dão algumas pistas sobre essas diferenças. Mas a identificação de quais os textos onde cada tópico está mais presente permite-nos uma melhor análise de cada tópico.

Começando pelo primeiro tópico, verifica-se a sua relação com a importância de celebrar e relembrar o 25 de Abril. Um bom exemplo deste tópico pode ser identificado no início do discurso de Nuno Abecassis, deputado pelo CDS, em 1977:

“Pela terceira vez consecutiva, e com representantes, só hoje celebram solenidade idêntica eleitos pelo povo, que tem esta Assembleia como casa e como local de trabalho, mais um aniversário do 25 de Abril, que desde a primeira hora quisemos democrático e por isso mesmo pluralista e libertador do homem e da sociedade portuguesa.”

Ou então na intervenção do deputado do PSD, Montalvão Machado, 13 anos volvidos:

“[...] direi que nunca é demais celebrar o 25 de Abril. Nesta Casa, sede da democracia portuguesa, não podemos, nunca, esquecer o que foi e o que representou, e representa, essa data. Lembrá-la é uma obrigação de todos nós, como obrigação é de todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia.”

Ou seja, neste tópico encontramos alusões mesmo que um pouco politizadas à importância de celebrar e relebrar a Revolução. Revela o que seria de esperar neste tipo de sessão comemorativa, aliás, a palavra ‘celebrar’ surge como uma das que mais distingue este tópico. Aqui encontramos a dimensão mais consensual, como iremos ver adiante, do 25 de Abril e da importância de o celebrar.

Um segundo tópico, que apelidámos de ‘Democracia e Constituição’, está mais ligado ao legado constitucional e democrático do 25 de Abril, em contraponto com o legado substantivo que iremos abordar no tópico seguinte. Aqui a transição é vista sob o prisma da institucionalização de uma democracia representativa, da ordem constitucional e republicana e, também, em menor grau, da importância da adesão às CEE/UE. Como José Lamego, deputado do PS, defendia em 2001:

“Comemoram-se hoje, igualmente, os 25 anos de entrada em vigor da Constituição da República. Um ano antes, em 25 de abril de 1975, as eleições para a Assembleia Constituinte começaram a fazer reverter uma dinâmica que faria resvalar o país para a confrontação. Em 25 de abril de 1976, consolidou-se a matriz democrática e constitucional do regime saído da Revolução. Subsequentemente, as revisões de 1982 e 1989 afeiçoaram o texto constitucional ao modelo de uma democracia representativa plena e às necessidades de uma economia aberta.”

Ou como refere José Paulo Carvalho do CDS:

“Portugal é hoje um país moderno, com uma democracia sólida, plenamente integrado na União Europeia. “

Neste tópico, a Revolução é apresentada como um primeiro passo para a criação de uma democracia estável, sendo o regime apresentado como o maior legado desta. Legado esse que foi aprofundado pela Constituição de 1976, pelas suas revisões e pela adesão ao projeto europeu.

Contrastando com este tópico, o tópico seguinte, “Revolução e Conquistas de Abril”, está mais centrado nos ganhos ligados com as políticas sociais que o 25 de Abril trouxe. Mais do que o regime político, aqui o maior legado identificado está relacionado com a conquista de direitos. No entanto, ao contrário de outro tópico que iremos abordar abaixo, aqui os legados políticos são mais difusos, baseando-se na construção do Estado social que surgiu após 1974. Como dizia Heloísa Apolónia, do PEV, em 2004:

“Que da Revolução de Abril decorreu progresso, modernidade, não há dúvida. Conquistaram-se direitos nunca antes vividos, nomeadamente na oportunidade de educação, no acesso à saúde, na disponibilização de saneamento básico, na defesa dos trabalhadores. Conquistou-se ainda o direito à paz, com o fim da inqualificável Guerra Colonial.”

Sendo que a importância destes direitos conquistados muitas vezes apresenta-se ligada a divisões políticas que ocorrem muito depois da Revolução. Em 1998, Odete Santos, do PCP, liga as celebrações do 25 de Abril à realização do referendo sobre a despenalização da interrupção da gravidez nesse mesmo ano:

“São esses milhares de mulheres anónimas que hoje saúdam a liberdade, que sabem que muito de Abril não está cumprido. Elas registaram do Programa do MFA a garantia de uma nova política social, tendo em todos os domínios, como objetivo, a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. E isto diz-lhes respeito e não está cumprido, como lhe diz respeito e se encontra no cerne de Abril a efetiva garantia do direito à liberdade. E porque comemoram este 25 de Abril, arrostando a exigência referendária para revogação de uma lei injusta contra a sua liberdade individual, as mulheres assinalam hoje, de uma forma especial, o dia da conquista de todas as liberdades.”

O quarto tópico identificado, a “Crise e o 25 de Abril”, é o que está presente de forma mais limitada no tempo. Neste encontramos referências à crise económica e à intervenção da Troika que se seguiu (2011–2014). Afirma-se que as políticas económicas de então estavam a pôr em causa o legado social do 25 de Abril que discutimos no tópico anterior. Como diz Cecília Honório, do BE, em 2012:

“E se o 25 de Abril pode, sem reservas, ser entendido como uma revolução, foi exatamente porque uma grande maioria social impôs a universalização dos direitos sociais e dos direitos políticos. A segurança social, a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde – eis a herança de Abril que hoje corre o risco de ser desmontada peça por peça.”

O quinto tópico refere-se à Revolução e às instituições. Enquanto o segundo tópico referia o legado institucional do 25 de Abril, este refere-se mais explicitamente ao desenrolar da Revolução e à importância da vitória das instituições sobre as tendências mais revolucionárias, destacando-se, tanto o 25 de Novembro, como a eleição do Presidente Ramalho Eanes, como momentos fundamentais. Como dizia Meneres Pimentel, deputado do PSD, em 1979:

“É importante celebrar o 25 de Abril, mas comemorá-lo com serenidade, reflexão e sobriedade (...) o ato do 25 de Abril foi legítimo e autêntico pela intenção democrática que lhe estava subjacente e o seu programa claramente estabelecia e impunha. Só por isso a esmagadora [*sic*] maioria dos portugueses esteve com a Revolução libertadora. Mas o povo não precisava que tivessem

persistido em libertá-lo com a força e, portanto, sem a razão democrática. Foi indispensável a violência libertadora em 25 de Abril de 1974, mas já foram reprováveis as atitudes unilaterais tomadas em momentos posteriores, designadamente a partir de 12 de março de 1975. Só que forças sectárias pretenderam – e conseguiram, embora parcialmente – alterar o programa democrático entregue ao país no dia 26 de abril e daí a necessidade de outro 25 de Abril libertador que ocorreu, como é reconhecido, geralmente, em 25 de Novembro. Pelas atitudes corajosas e democráticas tomadas por V. Ex.^a Sr. Presidente da República [Ramalho Eanes], nessa data a maioria absoluta dos portugueses não hesitou em elegê-lo em 1976 para o exercício das pesadas, mas honrosas funções de Presidente da República.”

Ou como diria o seu colega de partido, o deputado Pacheco Pereira, em 1996:

“[...] é que o 25 de Abril não tem dono, ou se o tem, é Portugal e os portugueses. Todos aqueles que o quiseram com dono, ou que se comportem como se fossem seus donos, seus herdeiros, ou seus legítimos intérpretes, referem-se a um outro «25 de Abril», a um «25 de Abril» que dividiu os portugueses no passado e os dividiria no presente. Foi exatamente porque não quisémos tornar programática a nossa democracia ou adjetivável o nosso regime, que os acontecimentos do pós-25 de Abril foram no sentido da democracia política, ou dito de outro modo, da vontade soberana dos portugueses.”

Ou seja, neste tópico encontramos um confronto mais claro entre os diferentes momentos do 25 de Abril e uma tentativa de distinguir o período revolucionário do processo de institucionalização da democracia.

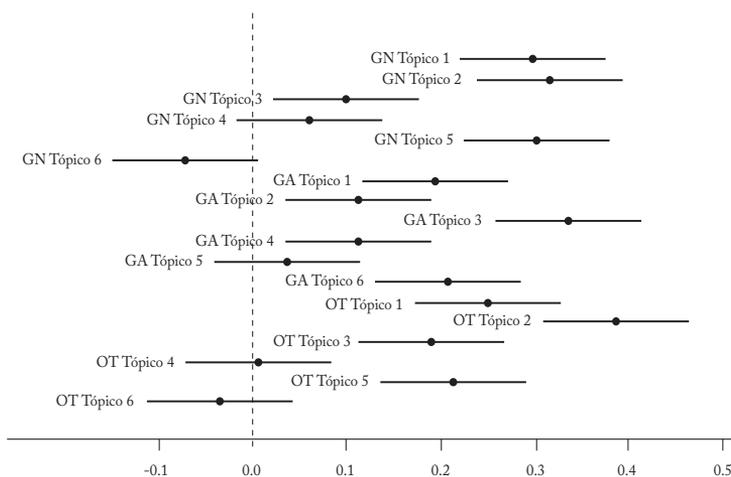
Finalmente, no sexto tópico, encontramos uma discussão mais direta sobre as reformas impulsionadas durante o PREC e uma ligação direta entre a Revolução e estas. Como dizia Acácio Barreiros, em 1977, então deputado da UDP:

“Mas saudar o 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas e patrióticas do nosso povo. (...) Nestes três anos o povo português realizou algumas das suas aspirações vitais, conquistou direitos fundamentais. (...) Em grandiosas jornadas de luta o povo impôs o fim da guerra dando o braço à luta dos povos das ex-colónias, impôs a nacionalização de importantes setores da economia, varrendo para fora da nossa pátria os Chamentalmaud, os Melos e outros tubarões fascistas. No Alentejo dezenas de milhares de trabalhadores lançavam-se nas ocupações de terras, terminando com a exploração dos latifundiários e resistindo, depois, à sabotagem, aos ataques organizados por bandos fascistas, aos incêndios das searas. (...) Nas empresas os trabalhadores lutaram contra os sabotadores fascistas e impuseram o seu saneamento. (...) Nos CTT, na TAP, na Lisnave, os oficiais mandaram os soldados disparar sobre o povo, mas estes recusaram e o 25 de Abril saiu mais forte. Aqueles que hoje atacam as nacionalizações, o saneamento dos fascistas, as ocupações e a Reforma Agrária, e a luta dos moradores pobres, é o próprio 25 de Abril que estão a atacar.

É neste tópico que encontramos mais a experiência do 25 de Abril não enquanto projeto político-institucional, mas enquanto projeto de transformação da sociedade. Ao contrário do tópico anterior em que a história institucional do 25 de Abril era tratada, aqui são as políticas desenvolvidas no período o tema central.

Estes são seis principais tópicos que conseguimos identificar nos discursos proferidos nas cerimónias de comemoração do 25 de Abril. Mas como seria de esperar, tendo em consideração o conteúdo destes, estes diferentes tópicos não se encontram distribuídos de igual forma entre as diferentes categorias dos partidos. Na Figura 7.1., encontramos a proporção esperada de cada tópico por categoria de partido.

FIGURA 7.1. Proporção esperada de cada tópico por grupos de partidos



Nota: quanto mais para a direita, mais se espera que o tópico esteja associado ao grupo referido (guerreiros de Abril (GA), guerreiros de Novembro (GN), ou outros (OT))

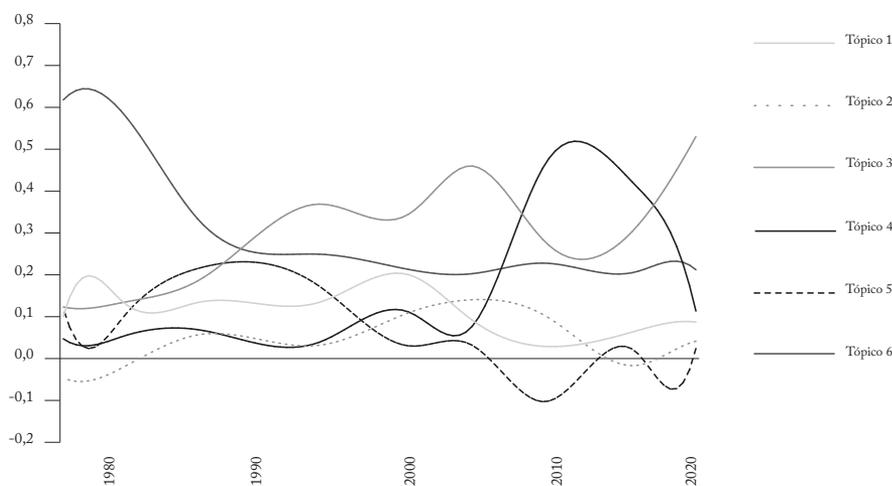
Como se pode verificar, a partir da análise da Figura 7.1., a distribuição de cada tópico pelos diferentes grupos de partidos varia consoante o tema abordado. O primeiro tópico, consubstanciado da celebração genérica da data, está presente praticamente na mesma proporção nos diferentes partidos. No entanto, é apenas neste tópico que encontramos este tipo de consenso.

Os partidos 'guerreiros de Novembro' centram o seu discurso sobre o 25 de Abril, na importância dos desenvolvimentos institucionais do pós-Revolução, para refrear os radicalismos, tópico 5, e a democracia e o regime constitucional, enquanto o principal legado da Revolução, tópico 2. É verdade que também encontramos alguma presença dos tópicos referentes às conquistas de Abril e à crise, mas em menor grau. Por outro lado, claramente o tópico sobre as reformas do PREC está ausente deste discurso.

Encontramos uma distribuição semelhante de tópicos na categoria de pluralistas. Neste grupo, o legado democrático e constitucional do regime é claramente o tópico mais abordado. O interessante é que aqui, ao contrário dos ‘guerreiros de Novembro’, existe uma presença equivalente dos tópicos 3 e 5, referentes ao legado de conquistas sociais e à importância dos desenvolvimentos políticos dos anos que se sucederam ao 25 de Abril. Por fim, não encontramos uma presença significativa nestes discursos do debate, quer das reformas do PREC, quer da politização do 25 de Abril durante a crise económica de 2010-2014.

A distribuição dos tópicos nos discursos dos ‘guerreiros de Abril’ distingue-se mais claramente dos dois outros grupos. Ao contrário dos outros casos, aqui o tópico mais presente é referente às conquistas sociais da Revolução como maior legado desta. Em segundo lugar de tópico mais presente, encontramos uma discussão sobre as reformas do PREC e, em terceiro lugar, encontramos uma tentativa de associação da crise económica na segunda década do século XXI e o 25 de Abril. Mesmo que este tópico, o número 4, surja como não muito presente, é preciso ter em conta que este está muito concentrado no tempo, como seria de esperar. Ou seja, mesmo a sua presença menor neste grupo é significativa. Por outro lado, encontramos uma menor presença da discussão do legado político institucional do 25 de Abril, quer imediatamente após a Revolução, quer enquanto legado duradouro.

FIGURA 7.2. Proporção de cada tópico ao longo do período em análise (1977-2019)



Legenda: Proporção esperada de cada tópico ao longo do tempo. O valor 1 indicaria que todos os discursos abordariam esse tópico.

A presença destes tópicos não varia apenas entre diferentes grupos, mas também ao longo do tempo. Como a Figura 7.2. demonstra, quase todos os tópicos surgem mais em certos momentos do que outros. Tal como na análise entre diferentes grupos, apenas o tópico 1 parece não variar ao longo do tempo.

O tópico referente às reformas do PREC está muito concentrado entre o final da década de 1970 e meados da década seguinte. Mas, a partir deste ponto, no tempo passa a ter um peso menor nos discursos do 25 de Abril, embora nunca esteja totalmente ausente. No mesmo sentido, o tópico 5 aparece como mais presente entre meados da década de 1980 e de 1990, tendo uma presença marginal após este período. Ou seja, ambos os tópicos estão mais ligados à discussão inicial sobre o 25 de Abril.

Por outro lado, dois tópicos surgem como mais relevantes durante a década de 1990. Quer a discussão do legado democrático-constitucional, tópico 2, quer a discussão do legado de conquistas sociais, tópico 3, vão surgir no longo prazo como as principais formas de discutir o legado da transição. Este predomínio é interrompido durante a intervenção da Troica, momento muito dominado pela discussão da crise, enquanto ameaça ao 25 de Abril, nomeadamente pelos 'guerreiros de Abril'. Contudo, conseguimos ver que com o fim da crise existe um regresso à discussão dos legados da Revolução.

A análise combinada dos dois Gráficos oferece-nos, assim, uma visão mais complementar da evolução dos discursos do 25 de Abril dos diferentes grupos mnemónicos. Os 'guerreiros de Novembro' centraram, num primeiro momento, o seu discurso na evolução política e institucional até 1976 e na importância dos desenvolvimentos institucionais para refrear os ímpetus revolucionários. Com o passar do tempo, este discurso foi substituído por uma ênfase no legado democrático e constitucional de Abril e na adesão às instituições europeias. Ou seja, neste grupo mnemónico encontramos uma maior ênfase formal e institucional quando se debate o 25 de Abril.

O grupo de pluralistas segue um padrão bastante semelhante a este. No entanto, surge uma diferença significativa. Se é verdade que com o tempo o legado democrático-constitucional vai imperando, existe espaço também para referir o legado de conquistas de direitos sociais do 25 de Abril. Assim sendo, neste grupo, existe um espaço maior para discutir o legado mais substancial em termos de políticas públicas do 25 de Abril.

Sendo que é esta visão substancial do 25 de Abril que domina o discurso dos 'guerreiros de Abril'. Na primeira década da democracia, este grupo centrou os seus discursos na discussão específica das reformas sociais que surgiram com o PREC. Após este momento, o legado social do 25 de Abril vai surgindo como tópico mais importante para este grupo, sendo apenas temporariamente interrompido durante a intervenção externa em Portugal.

6. CONCLUSÃO

Este artigo analisou os discursos proferidos pelos partidos políticos com assento parlamentar durante as celebrações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República, entre 1977 e 2019. O objetivo foi, em primeiro lugar, identificar a importância que os partidos portugueses dão aos legados da memória. Em segundo lugar, pretendeu-se identificar o grau de tolerância que cada partido expressa em relação às narrativas alternativas sobre este período da história política recente. Por último, o capítulo procurou identificar os grandes tópicos que caracterizam o discurso de cada grupo, assim como as variações ao longo do tempo.

A partir da análise qualitativa e quantitativa do texto, o capítulo apresentou duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, os legados da transição portuguesa são fraturantes entre os partidos políticos com representação parlamentar. Ao longo da democracia, a maioria dos partidos adotou uma visão única sobre a transição e reveladora de pouca tolerância em relação a narrativas alternativas. Ainda que os dois principais partidos escapem a este padrão – o principal partido de centro-esquerda, o PS, por expressar uma visão mais tolerante (ainda que instrumental), e o principal partido de centro-direita, o PSD, por expressar, em determinadas ocasiões, uma posição mais voltada para o futuro –, os restantes partidos têm contribuído para que a memória da transição seja constantemente contestada e disputada durante as cerimónias oficiais. Com a entrada de um novo partido no Parlamento, em 2015, o PAN, surgiu também um novo ator prospetivo. Ainda que o período analisado cubra apenas quatro anos, o comportamento do único deputado do PAN foi consistente: um discurso voltado para o futuro, sem qualquer posicionamento face às disputas protagonizadas pelos ‘guerreiros de Abril’ e pelos ‘guerreiros de Novembro’.

Em segundo lugar, o capítulo mostrou que muitos dos tópicos que se destacam nos discursos apresentados pelos partidos não são estanques ao longo das décadas, sendo em muitos casos mais fortes em contextos específicos. Em particular, a crise financeira que emergiu a partir de 2008 deu origem a um novo tipo de tópico entre os discursos do 25 de Abril, que se demarca dos demais. Particularmente interessante é o facto de esse tópico expressar uma tentativa de estabelecer uma relação entre o 25 de Abril e a crise financeira.

Estes resultados vão, no essencial, ao encontro das conclusões apresentadas pelos trabalhos existentes, assentes nos discursos parlamentares durante as celebrações oficiais do 25 de Abril e ajudam-nos a compreender a importância que as questões simbólicas assumem para a maioria dos partidos parlamentares portugueses.

Referências

- BERNHARD, M. e KUBIK, J. (orgs.) (2014) – *Twenty years after communism. The politics of memory and commemoration*, Oxford, Oxford University Press.
- BILLIG, M. e MARINHO, C. (2014) – “Manipulating Information and Manipulating People”, *Critical Discourse Studies*, Vol. 11, n.º 2, p. 158-174.
- CEREZALES, D. P. (2003) – *O poder caiu na rua*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GREENE, D. e CROSS, J. P. (2017) – “Exploring the Political Agenda of the European Parliament Using a Dynamic Topic Modeling Approach”, *Political Analysis*, Vol. 25, n.º 1, p. 77-94.
- GREEN-PEDERSON, C. (2010) – “Bringing Parties Into Parliament: The Development of Parliamentary Activities in Western Europe”, *Party Politics*, Vol. 16, n.º 3.
- MARQUES, M. A. (2014) – “Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril”, *Forma Breve*, Vol. 11, p. 297-311.
- MAYHEW, D. (1974) – *Congress: The Electoral Connection*, New Haven, Yale University Press.
- OLIVEIRA, S. M. (2015) – “Discourses of inclusion and exclusion in the commemoration of the 40th anniversary of the Portuguese Revolution”, *Journal of Social Science Education*, Vol. 14, n.º 2, p. 17-25.
- RAIMUNDO, F. (2017) – “Justiça transicional e clivagem esquerda/direita no Parlamento português”, *Análise Social*, Vol. 222, n.º LII(1), p. 90-115.
- RAIMUNDO, F. e ALMEIDA, C. G. de (2019) – “The Legacy of the Portuguese Transition to Democracy: April-Warriors Versus November-Warriors”, in *Rethinking Democratisation in Spain, Greece and Portugal*, Cavallaro, M. E. e Kornetis, K., Londres, Palgrave/Macmillan, p. 45-69.
- RAMALHO, D. F. (2015) – *Comemorações do 25 de Abril: política e memória (1975-1986)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Departamento de História, Lisboa, FLUL/Universidade de Lisboa.
- SCHONHARDT-BAILEY, C.; YAGER, E., e LAHLOU, S. (2012) – “Yes, Ronald Reagan’s Rhetoric was Unique – But Statistically, How Unique?”, *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 42, n.º 3, p. 482-513.
- SOUTELO, L. C. (2009) – *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-95)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- STORM, K. (1990) – *Minority Governments and Majority Rule*, Cambridge, Cambridge University Press.